

**ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma mista, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhores deputados e deputadas. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Gostaria de convidar o deputado Paulo Duarte para assumir a primeira-secretaria momentaneamente. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Gostaria de solicitar ao segundo-secretário, ilustre amigo, irmão, deputado Pedro Kemp, que fizesse a leitura da ata da sessão anterior, por favor.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Dezessete da Décima Terceira Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Caravina, Pedro Kemp, Zeca do PT, Antonio Vaz, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Lidio Lopes e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelo deputado Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 232/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 283/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovada, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 14/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 365/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 19/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, aos familiares de Luiz Lands Reynoso de Farias; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Celso Gonçalves Saltarelli; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares de Jonas Correa da Costa; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Ademir Izidoro de Melo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Valdovir Jota Menon; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Hélio Ferreira da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada aos policiais militares: cabo Adailton Ariel Taceo Gonçalves, cabo Anderson Mendes dos Santos, cabo Paulo Cesar Monteiro Soares, segundo-sargento Joacil Silva de Souza e segundo-tenente Khayyam Perseu Dantas Alves; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao ilustríssimo senhor Roberto Gurgel de Oliveira Filho,*

delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, pela publicação, no Diário Oficial do Estado, da Portaria DGPC/MS nº 210/21/02/2024, que disciplina a atuação dos servidores da Polícia Civil e estabelece normas, protocolos e procedimentos relativos ao atendimento da população indígena, vítima de infrações penais; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à juíza Ellen Priscile Xandu Kaster Franco, pela promoção e pelos quase treze anos de serviços prestados à Comarca de Nova Andradina; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o uso da tribuna na Sessão Plenária do dia 21 de março de 2024 (quinta-feira) pela doutora Mariana Tomé, para explanar acerca da preservação da água x sobrevivência humana; requerimento de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Roberto Hashioka, Lidio Lopes, Caravina, Lia Nogueira, Gleice Jane, Junior Mochi, Neno Razuk, Marcio Fernandes, João Henrique, Zeca do PT e Zé Teixeira.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de março do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao, momentaneamente, primeiro-secretário, deputado Paulo Duarte, que proceda à leitura do expediente da Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Agradeço ao deputado Paulo Corrêa que, momentaneamente, ocupa a presidência. Bom dia, deputados, deputadas e senhor presidente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de março de 2024: Ofício nº 2.028/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo ao requerimento do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 5342/2023); Ofício nº 663/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 4231); Ofício nº 25/2024 — MS Gás, encaminhando Avaliação das Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios 2023 e Estratégia de Longo Prazo dos anos de 2023 a 2028. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o ilustre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer o uso da palavra daqui mesmo. Não tenho uma proposição para apresentar, mas, gostaria de dar um informe. Eu, o deputado Caravina e o deputado Pedrossian Neto estivemos, ontem, em uma reunião com representantes do governo do estado para iniciar as negociações sobre a questão dos aposentados. É importante dizer que a primeira proposta apresentada pelo governo não atendeu as nossas expectativas e a nossa comissão ficou de iniciar um debate, primeiro, na Assembleia, com o presidente, e, hoje, já fizemos uma reunião antes da Sessão. Queremos avançar na proposta que o governo apresentou, porque entendemos que a proposta apresentada, ontem, de um auxílio-saúde, um auxílio-social no valor de trezentos reais, para quem ganha até dois salários mínimos, foi uma proposta que ficou muito aquém daquilo que esperávamos. Frustrou-se a nossa expectativa e pedimos ao governo do estado para simular outras propostas, que nós ventilamos, e o ponto positivo é que o governo está aberto a

continuar discutindo, mas, queremos avançar mais. E como a Assembleia Legislativa recebeu, no ano passado, praticamente toda essa pressão legítima dos servidores, temos esse compromisso de continuar debatendo com o governo para avançarmos mais nessa discussão. Até para dar uma satisfação para as pessoas que estão nos acompanhando; hoje, já tivemos uma reunião de manhã, na Sala da Presidência, o deputado Gerson Claro está empenhadíssimo em estabelecer um canal de negociação com o governo e esperamos que, de hoje para amanhã, tenhamos condições de avançar mais nessa proposta.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me conceda um aparte, deputado Pedro Kemp, com autorização do senhor presidente?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo, com todo prazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Isso não pode acontecer! Vossa Excelência lembra, foi o primeiro secretário de Educação; o deputado Paulo Corrêa estava aqui, fez um papel extraordinário, ajudando-nos no início do nosso governo, bem como o deputado Zé Teixeira e outros tantos. O deputado Paulo Duarte estava em nosso governo e Vossas Excelências lembram quando assumimos, o holerite dos funcionários era um penduricalho de quase um metro! Abono que não acabava mais! Vai voltar a época dos abonos? Qualquer coisa é abono, vai ter que definir, "definitivamente", desculpe a redundância, que os servidores públicos merecem ser tratados com respeito e não através de penduricalhos. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Essa colocação do deputado Zeca do PT é o mesmo entendimento que tivemos. Achamos que a proposta de abono, de auxílio, é ruim! É uma proposta que não contempla os servidores e, também, entendemos que não é uma proposta juridicamente muito aceitável; portanto, queremos avançar. Tenho certeza de que, com a disposição do governo em continuar conversando, e com a nossa comissão, com muita responsabilidade... Sabendo do problema que é o Fundo de Previdência de Mato Grosso do Sul, também não estamos fazendo nenhuma discussão sem levar em conta essa realidade, mas, queremos avançar, porque essa proposta não nos atendeu em hipótese alguma, está certo? Então, senhor presidente, esta Casa está muito sensível a essa situação e eu tenho certeza de que vamos avançar na negociação. Era esse o informe que eu queria deixar.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Zeca do PT, ex-governador de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, aproveitando a presença do ilustre colega, amigo pessoal meu, o deputado Zé Teixeira...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De onde ele é?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Digno e justo representante do agronegócio, colega meu na representação do agronegócio em Dois Irmãos do Buriti. Estou feliz em trazer aqui esta notícia: "Depois de abrir espaço para a carne brasileira na China, o governo quer aumentar as vendas de produtos agrícolas para Índia e países africanos". Com apenas uma "tacada", o governo Lula aumentou mais trinta frigoríficos para vender carne para a China. Agora, está abrindo o mercado indiano, coreano e outros países para aumentar a venda da carne. O deputado Zé Teixeira e, com certeza, Vossa Excelência vão poder vender muito daqueles bois bonitos, que eu fico olhando, quando passo lá na fazenda. Parabéns a Vossa Excelência e ao pessoal do agronegócio. É verdade! São bonitos os bois. Em segundo lugar, senhor presidente, quero registrar que, ontem, tivemos uma reunião com o governador Eduardo Riedel e levei, junto comigo, o superintendente do Incra, o senhor Paulinho, e a superintendente do MDA, a companheira Marina. Fomos tratar com o governador, deputado Pedro Kemp, sobre as perspectivas do mês de luta de abril, deputado Zé Teixeira, o Abril Vermelho, que é o mês de luta em defesa da reforma agrária. Os trabalhadores rurais se fizeram presentes e, mais uma vez, o governador Eduardo Riedel me surpreendeu pela sensibilidade, pelo compromisso de ver o estado que se desenvolve no conjunto e deve anunciar, junto com o superintendente do Incra, as fazendas, as áreas que foram levantadas para prateleira de terras, sem confusão, terras com fazendas com dívida com a União, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica. Foram levantadas duzentas fazendas, duzentas áreas no Brasil, sendo que cinquenta e duas delas estão em Mato Grosso do Sul. Aproximadamente, setenta mil hectares de terras em Mato Grosso do Sul. Quando estive em Brasília, conversei com o presidente do Incra, que viabilizou o recurso e vai começar, agora, a fazer as vistorias nas áreas e fazer o cadastramento do pessoal acampado, das famílias acampadas. O governador Riedel foi muito solícito, muito parceiro, e deve anunciar um programa de eletrificação com energia solar nos poços artesianos para baratear o custo para Agricultura Familiar e saí de lá feliz. Registro, mais uma vez, o compromisso do governador Eduardo Riedel com a ideia do Mato Grosso do Sul mais justo. Quero apresentar, senhor presidente, duas indicações. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente ao diretor-presidente da Energisa, Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a elaboração de projeto técnico visando ao rebaixamento e à modernização da rede de energia elétrica ao longo da estrada vicinal da região de Pedra Preta, que margeia a antiga área do lixão, no município de Anastácio. A segunda indicação é para o governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, Washington Souza, e ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Humberto de Mello Pereira, solicitando a viabilização de um refrigerador de leite para atender às famílias produtoras de leite do assentamento Madeira, localizado no município de Paraíso das Águas. É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes e imprensa que nos acompanha, bom dia. Pela ordem, senhor presidente. Antes de entrar nas duas indicações, só para complementar a fala do deputado Pedro Kemp, com relação à Comissão da Previdência, primeiro, quero dizer que concordo com o posicionamento do deputado.

Ele já passou as questões que rejeitamos, foi a primeira proposta apresentada pelo governo. Hoje, há uma movimentação para que venham novas propostas baseadas nos pedidos que fizemos e sabemos o que é o ideal. E o ideal é redução. O ideal é a gente minimizar essa situação dos servidores aposentados e pensionistas, mas, precisamos ser bem objetivos. Há uma resistência muito grande da Previdência Social do Estado com relação à alteração de alíquota. Isso é uma realidade e temos que passar, porque há uma resistência por conta de contrariar o Plano de Equacionamento da Dívida, que está sendo pretendido e que foi determinado pelo Ministério da Previdência. Voltando a repetir, o governo do estado apresentou um plano de equacionamento, porque foi notificado, várias vezes, para apresentar um Plano de Equacionamento da Dívida, para reduzir o valor dessa dívida, que hoje é de onze bilhões. Esse plano reduz para algo em torno de sete a quase oito bilhões e, a longo prazo, até 2065, ele mantém o equilíbrio das contas. Essa é a exigência da Previdência e, por conta disso, o estado vai ter que aumentar o aporte patronal e vai ter que colocar mais recurso na Previdência e estamos falando de mais de 3%, algo em torno de dezesseis milhões ao mês, para poder equacionar esse déficit. O entendimento da Previdência é que qualquer redução de alíquota vai contra esse plano de equacionamento, porque quando se reduz alíquota, e é justo a redução, mas, diminui-se a receita e desequilibra aquilo que tem que ser equilibrado. Essa foi a justificativa da SAD e nós insistimos — não é, deputados Pedro Kemp e Pedrossian? —, em nome de todos os parlamentares, para conseguirmos avançar nisso e encontrarmos uma outra solução. Isso é um estudo técnico, mas, pedimos agilidade, porque esse assunto já está tramitando há algum tempo e precisamos dar uma resposta para os nossos servidores. De forma responsável, estamos acompanhando isso e o presidente entrou no circuito também e vai trazer mais informações para nós. Quero dizer para os senhores que a Assembleia Legislativa é parceira e está trabalhando muito para que tenhamos uma solução. Se não for a ideal, mas, que traga um alento para os servidores aposentados e pensionistas. Lembrando que temos dificuldade na questão da alíquota, por isso, veio a proposta de auxílio, deputado Zeca. Um auxílio social de saúde, algo nesse sentido, por conta da dificuldade em mexer com alíquota. Mas esse auxílio precisa atender a uma grande quantidade de servidores, não dá para ser estendido apenas a uma pequena parcela. A gente está lutando para isso; se tiver que ser um auxílio, estamos debatendo isso ainda, que atinja o máximo possível de servidores pensionistas e aposentados. Continuamos em ritmo acelerado, tanto que o secretário de Administração se comprometeu, até amanhã, de apresentar uma nova situação, que vai chegar a esta Casa e que vai ser debatida. Isso não virá pronto; não existe nada pronto; virá um projeto, sobre o qual discutiremos e vamos amadurecê-lo, sempre pensando em melhorar a situação dos servidores, mas, com responsabilidade que esta Casa tem e sempre teve. É isso que eu queria deixar de contribuição. Tenho duas indicações. Uma está vindo, novamente, de Porto Murtinho, deputado Zeca do PT, da vereadora Sônia Ferreira. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia autônoma à secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozzolino, para que seja providenciada a reforma do prédio do Programa Mais Social, no município de Porto Murtinho, devido à deterioração natural pelo tempo e uso. O Programa Mais Social é a casa de pessoas com vulnerabilidade, onde as pessoas mais vulneráveis são atendidas. Precisamos prestar um atendimento de qualidade, com um local que elas possam ser bem atendidas, que possam ser acolhidas, porque é uma situação de vulnerabilidade.

Elas estão procurando um auxílio, às vezes para renovar o Mais Social, às vezes para tirar uma informação e o prédio lá... E, também, a comodidade para o servidor que realiza esse trabalho tão importante que o Programa Mais Social faz em todo estado de Mato Grosso do Sul. Então, o pedido para que a reforma comece o mais urgente possível. A segunda indicação também é para o governador. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a realização de estudo de viabilidade para a implantação da Delegacia Regional de Polícia Civil no município de Maracaju, visando à melhoria na qualidade da segurança dos moradores do município, tendo em vista o considerável crescimento populacional e o consequente aumento da criminalidade. Mato Grosso do Sul tem doze delegacias regionais. O que a delegacia regional propicia de melhora para a cidade, para a região? Junto com a delegacia regional, vem a Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM). Hoje, nós temos doze DAMs — fora as da capital, porque aqui temos mais de uma — que atendem os municípios. Então, a regional traz a DAM, traz o Núcleo de Perícias — perito criminal, médico legista — e traz o Primeiro Distrito. Maracaju é o décimo município, possui em torno de quarenta e cinco mil habitantes, conforme o censo de 2022. É uma cidade estratégica, polo do agronegócio, situada numa região importante. Quem fez esse pedido foi o vereador Gustavo Luís Duó, vereador do município de Maracaju. Está indo essa indicação para a Sejusp, para que o secretário Carlinhos possa ver se há viabilidade para Maracaju receber uma delegacia regional. Por hoje, é só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado "zero, zero, um" da Assembleia, Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente e nobres colegas parlamentares, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após o ouvido colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa, com cópia autônoma ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-técnico da Energisa, solicitando reparo na linha de energia no assentamento Sílvia Rodrigues e nas fazendas da região, no município de Rio Brillante. A proposta em questão atende à solicitação encaminhada diretamente ao este gabinete parlamentar pelo senhor Marcos Castro, que relatou a situação de urgência, pois está impactando a vida dos moradores do assentamento Sílvia Rodrigues e das fazendas da região. Foi-nos informado de que, há cinco dias, a população dessas áreas encontra-se sem energia elétrica, o que tem gerado inúmeros transtornos e prejuízos. Essa falta de fornecimento está prejudicando não apenas as residências, mas, também, as atividades econômicas locais, como a produção agrícola e pecuária. Diante desse cenário, solicitamos, com a máxima urgência, que a equipe de manutenção seja mobilizada para inspecionar e resolver os problemas da linha de energia dessas localidades, pois, a demora na resolução do ocorrido tem causado sérios inconvenientes, afetando a rotina dos moradores e comprometendo a qualidade de vida. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia à senhora Patrícia Elias Cozzolino, solicitando a viabilização de recursos para aquisição de uma van para a Secretaria de Assistência Social do município de

Caracol. A aquisição desse veículo se mostra crucial para ampliar a eficiência e abrangência dos serviços prestados pela secretaria. A van proporcionará mais mobilidade e acessibilidade, permitindo que a equipe atenda às demandas crescentes da população de forma mais efetiva e eficiente. Além disso, possibilitará a realização de ações itinerantes em áreas mais distantes, garantindo que nenhum cidadão de Caracol seja deixado de fora dos programas sociais e de assistência. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, vou apresentar três indicações. A primeira é destinada aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul no Senado e na Câmara Federal, solicitando gestão de viabilização de recursos da União para suprir as necessidades da Escola Municipal Inácio de Castro, no município de Sete Quedas. Outra indicação ao secretário de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez Ramos, solicitando serviço de compactação de pedra e patrulhamento no trecho da rodovia MS-145, compreendido entre as fazendas Perdigão e Guarapuava, no município de Juti, bem como no trecho da MS-479, do trevo da Fazenda Santa Adriana ao trevo da Gleba Nova Esperança, no município de Juti. Uma outra indicação ao secretário de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez Ramos, e aos senhores deputados e senadores representantes do estado de Mato Grosso do Sul na Câmara e no Senado, solicitando gestão de viabilização de recursos, visando à construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Municipal Novo Horizonte, no município de Amambai. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00582/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 00584/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00597/2024, 00598/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 00591/2024); um requerimento (Prot. nº 00599/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00592/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de pesar (Prot. nº 00596/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00588/2024, 00589/2024, 00590/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 00593/2024, 00594/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não estava inscrito, mas, Vossa Excelência, em tempo, está com a palavra.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Em tempo. Apenas para apresentar uma indicação, ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agesul, por cópias autônomas, solicitando a viabilização, por meio de convênio ou execução direta, de drenagem e pavimentação asfáltica em três trechos

das seguintes vias: rua Doutor João Luderitz, rua Madre Maria Augusta e rua Sotero Cardoso, no bairro Tijuca, em Campo Grande, conforme croqui anexo. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 029/2022. Autora: deputada Mara Caseiro... Solicito a presença da nobre deputada Mara Caseiro, nossa presidente da CCJR, que está comigo on-line, agora aqui.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Estou on-line.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. "Cria o Estatuto da Mulher Parlamentar, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A redação final...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — A redação final foi elaborada...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Queria informar que há quórum para a deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado, nobre amigo, segundo-secretário, deputado Pedro Kemp. Desculpe-me, não consultei o quórum. A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 29/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concluída a votação.
Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 013/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação ao edifício do Fórum da Comarca de Nioaque". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 013/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito ao senhor segundo-secretario o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 363/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Estabelece diretrizes para o estímulo da atividade de podólogo no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de lei nº 363/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Solicito a presença da ilustre deputada Lia Nogueira. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 033/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 06/2024. "Altera a redação dos dispositivos da Lei nº 1.152, de 21 de junho de 1991, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul (CES/MS), e dá outras providências. Altera o período de mandato dos conselheiros e da Mesa Diretora do CES/MS, que passará de dois para três anos". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto os colegas votam... Agora há pouco, pedi pela ordem para dizer da alegria, da satisfação de saber que o governo do presidente Lula avança no sentido de construir um Brasil que seja para todos, sem se esquecer, evidentemente, do mercado externo. Para isso, delegou ao ministro da Agricultura, que é um grande empresário, colega do "seu" Zé Teixeira, produtor rural do Mato Grosso. Esse novo ministro do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) ampliou para mais trinta frigoríficos, aqui do estado, com a prerrogativa de exportar carne brasileira para a China. E agora está abrindo também o mercado da Índia, da Coreia, de outros países do mundo asiático. E o presidente Lula deve anunciar — acabei [não mencionando], essa foi minha falha e, por isso, pedi essa licença a Vossa Excelência que preside a Sessão de hoje — um programa que começou aqui, quando ocorreu a vinda do ministro da Agricultura Familiar na casa do Maurício Bumlai, no jantar com a presença do governador, do ministro, em que foi levantada essa ideia. Está sendo concluído o estudo do programa, que vai se chamar "Bife no Prato", que dará direito a todos, indistintamente, de comer uma carninha, comer um bifinho. Imaginem, duzentos milhões de brasileiros comendo bifinho, quanto boi não vai ser vendido no mercado interno? Portanto, estou absolutamente convencido, deputado Zé Teixeira, em que pesem as discordâncias eventuais: "Brasil no rumo certo"!

Projeto de Lei nº 033/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Projeto nº 033/2024, de autoria... Ah, desculpa! Já votamos o Item 5. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e nove indicações e uma moção de repúdio. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, nesse item, há três requerimentos, vinte e nove indicações e uma moção de repúdio. Queria pedir destaque do Requerimento nº 573/2024.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Desculpe, deputado, já votamos, mas, vou fazer o seu registro, porque estamos no Item 7. Já foi votado, ele foi em votação simbólica.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente. O Item 7... Na minha pauta, só tem até o Item 6.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não, o Item 7 é moção de pesar. O Item 6 já foi votado, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Gostaria de registrar meu voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Voto contrário em que projeto, deputado? Vou fazer a anotação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Requerimento nº 573/2024.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sim, senhor. Devidamente anotado, muito obrigado pela compreensão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Alcery Marques. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Havendo possibilidade no Regimento, senhor presidente, gostaria, também, como o deputado João Henrique, de colocar minha negativa com relação a esse requerimento do deputado Zeca do PT.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou pedir licença ao Plenário, mas, entendo que Vossa Excelência pode fazer, mesmo já estando votado. Vossa Excelência quer que anote a sua posição contrária...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não tem, absolutamente, nenhum problema. Faço constar, em ata, o voto contrário dos deputados João Henrique e Coronel David.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, sem problema nenhum o voto contrário, até porque o requerimento já está na mão da Procuradoria do Ministério Público Federal, no Conselho do Ministério Público Federal. Nada mais, nada menos, deputado Coronel David; estou pedindo para que seja investigado. Absolutamente democrático, justo, que qualquer cidadão, eventualmente, possa ser investigado. Só isso.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara, vice-presidente desta Casa.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria de fazer um convite aos deputados: segunda-feira, às 7h30min, aqui na Assembleia, teremos o Seminário Estadual da Água. Estaremos o dia todo em debates, em discussões sobre esse tema tão importante, o dos recursos hídricos do estado, com a participação de um especialista, pesquisador da Unesp, que fez todo o levantamento da qualidade da água de Dourados. É um tema importante, com apresentações científicas, para que tenhamos um debate de qualidade e um aprofundamento nesse tema aqui na Assembleia Legislativa. Todos estão convidados.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Seguindo o posicionamento do meu amigo, Coronel David, e do deputado João Henrique, também vou me posicionar contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de quinze minutos, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, tenho em mãos a justificativa, deputados Coronel David e Neno Razuk, do voto contrário a esse requerimento do deputado Zeca do PT. Esse requerimento pede para que o Ministério Público Federal, que evitou persecução criminal contra as empresas de Dourados, nossa querida Dourados, onde recebi muito voto para representá-la. Faço questão de votar contra esse requerimento por ser antirregimental, ilegal e pode trazer problemas ao próprio deputado do PT ao colocar, ao dar causa indevidamente à abertura de inquérito administrativo contra as pessoas referidas. O artigo 339 do Código Penal diz o seguinte: "Dar causa à instauração de inquérito policial de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo que saiba inocente", é crime! As empresas aqui delineadas, CTG Querência do Sul, Clube de Tiro Raiz, MJA Materiais de Construções, seu nome fantasia, do município de Dourados, entre outros, e, segundo o deputado, atentaram contra o Estado Democrático de Direito nas eleições. A ideia é imputar e questionar o Ministério Público Federal por qual motivo tenha classificado as condutas apenas como incitação ao cometimento de crime. Estão questionando a atividade jurisdicional do órgão dentro de um requerimento administrativo, não cabe, deputado Coronel David, a esta Casa, realizar persecução penal. Não cabe! Não cabe questionar, dentro de um requerimento, a atividade do Ministério Público Federal! Isso é ilegal e esse tipo de requerimento pode gerar para o deputado Zeca do PT problemas, como o de denúncia caluniosa, porque, o órgão desclassificou — com relação a essas pessoas, por ausência de provas, de elementos — todas essas condutas que foram apontadas e que estão sendo reiteradas. É ilegal, antirregimental e esta Casa não pode, neste momento, aprovar esse tipo de requerimento. Incitação ao cometimento de crime seria a gente pedir ao Partido dos Trabalhadores que não desviasse recursos da Petrobras e dizer o seguinte: "Olha, presidente Lula, vá lá e desvie da Petrobrás! Construa um triplex!" Isso é incitação criminosa, porque ele acabou construindo e acabou desviando. A vergonha é a gente ver, agora, esses recursos serem anulados dentro do Supremo Tribunal de Contas. Esse dinheiro, que foi roubado do povo, sendo devolvido por um ministro em acordos construídos pela advogada, mulher do ministro, isso é crime! Isso foi incitação criminosa! Não foi o que essas pessoas de Dourados fizeram. E digo mais, nem esta Casa tem a condição de completar a persecução criminal numa CPI, quanto muito num requerimento. Em uma CPI, a gente investiga, coleta provas, para que o Ministério Público tome providências. Então, questionar, não a coleta de provas do Ministério

Público, mas, questionar a atuação jurisdicional desse órgão? Isso é crime. Isso configura denúncia caluniosa! Então, apenas para dizer que me recuso a votar esse tipo de requerimento antirregimental, incondicional e ilegal, que trará apenas dor de cabeça para patriotas, cidadãos de bem, de Dourados.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, de vez em quando, estamos sentados à mesa e vemos, com tamanha violência com que, às vezes, são votados os projetos que nem percebi, não me ative a um requerimento dessa magnitude dentro do nosso estado. Tenho a impressão de que isso... É uma coisa que já vou pedir ao presidente que retire meu voto, porque, se nós já temos o Alexandre de Moraes, já temos a Polícia Federal, já temos a Polícia Civil, a Polícia Militar, todos fiscalizando isso desde o dia 8 de janeiro, há mais de um ano, não tem necessidade de, hoje, após esse tempo, vir com um requerimento para fiscalizar a CTG, o Paulo, o Manoel, o Joaquim, porque, já estão fiscalizando. Então, quero dizer a Vossa Excelência, quero deixar registrado, que não concordo e também já retirei o meu voto em favor desse requerimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, deputado Zé Teixeira e incorporo, na íntegra, o pronunciamento de Vossa Excelência.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — No mesmo sentido do deputado Zé Teixeira, eu também já retifiquei o meu voto e também voto contrário.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado. Também incorporo...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito, com toda certeza, meu colega de partido.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado João Henrique, Vossa Excelência foi bastante assertivo e correto nessa manifestação, com relação a esse requerimento apresentado, que foge à regra desta Casa. Então, apenas para corroborar a sua fala e a minha manifestação de apoio a essa questão que Vossa Excelência tão bem defende na tribuna.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado e incorporo a fala de Vossa Excelência. Pedindo as escusas, concedo um aparte ao deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado João Henrique, só para confirmar o meu voto contrário, por entender que o MPF já tomou a decisão, sendo o órgão apropriado. Se ele manteve a decisão de fazer o termo de não persecução penal, é porque entendeu que os crimes apontados não existiram. Então, da mesma forma, seguindo os demais deputados, também vou pedir para retirar a minha assinatura.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo a fala de Vossa Excelência na íntegra e peço escusas aos meus colegas, porque estava atento a esse requerimento; porém, tivemos um item retirado de pauta por ausência da deputada Lia Nogueira... Estava atento em fazer a defesa do próprio requerimento em si. Poderia ter pedido vista e poderia ter melhor debatido e discutido, mas, o que me sobrou, pela inversão de pauta, foi apenas colocar o nosso voto radicalmente contra a perseguição, a antirregimentalidade e a tecnicidade do requerimento apontado pelo PT. Obrigado, senhor presidente, pelo tempo concedido. Era a minha fala.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h27min).